

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.309 - SP (2018/0309604-2)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : JOAO PAES DE TOLEDO NETO
ADVOGADOS : ERICSON CRIVELLI - SP071334
SARA TAVARES QUENTAL - SP256006
FELIPE ANTONIO LANDIM FERREIRA - SP270497
FERNANDA NICOLELLA LEMES - SP289730
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ
ADVOGADOS : RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910
FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS - RJ148512
FELIPE DA SILVA JUSTEN - RJ196912
FERNANDO GONÇALVES PRATTI - RJ215440
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. AGRAVO QUE NÃO INFIRMA O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

JOÃO PAES DE TOLEDO NETO (JOÃO) ajuizou ação de obrigação de fazer contra FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ (ITAÚ), pleiteando a manutenção de plano de saúde coletivo gerido por ITAÚ nas mesmas condições vigentes durante o contrato de trabalho.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, condenando ITAÚ a manter JOÃO no plano de saúde nas mesmas condições de cobertura, cálculo e majoração do prêmio aplicadas aos empregados em atividade, admitida a implantação de nova forma de custeio, desde que em igualdade de condições para ativos e inativos, a ser integralmente custeado por JOÃO, bem como condenar ITAÚ a restituir eventuais valores pagos a maior cobrados após a demissão (e-STJ, fls. 264/268).

Opostos embargos de declaração por ITAÚ, foram acolhidos, para sanar contradição, julgando improcedente o pedido (e-STJ, fl. 291).

Interposta apelação por JOÃO, o Tribunal de origem negou-lhe conhecimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 357):

PLANO DE SAÚDE AUTOGESTÃO - Pretensão do autor, de permanecer vinculado ao plano de saúde prestado pela ré, por

prazo indeterminado, observadas as mesmas condições vigentes quando em curso seu contrato de trabalho Plano de saúde prestado na modalidade de autogestão, por pessoa jurídica de direito privado criada em observância à Resolução 137/2006 da ANS Ausência de contrato civil de prestação de serviços Incompetência da Justiça Estadual Entendimento consolidado pelo E. Superior Tribunal de Justiça, a respeito da competência da Justiça do Trabalho para dirimir questão intimamente afeta ao extinto contrato de trabalho RECURSO NÃO CONHECIDO, COM DETERMINAÇÃO.

Os embargos de declaração opostos por JOÃO foram rejeitados (e-STJ, fls. 378/381).

Inconformado, JOÃO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 47, 51, IV, do CDC e 31 da Lei nº 9.656/98, além de divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que compete à Justiça Comum o julgamento da presente demanda, porquanto cuida de ofensa a normas consumeristas e da Lei de Plano de Saúde quanto ao direito do ex-empregado a ser mantido no plano de saúde fornecido pelo ex-empregador.

ITAÚ não ofereceu contrarrazões.

Em juízo de admissibilidade, a presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre ante a incidência da Súmula nº 83 do STJ. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observo que JOÃO não infirmou devidamente a incidência da Súmula nº 83 do STJ.

Como se sabe, na hipótese em que se pretende impugnar, no agravo em recurso especial, a incidência da Súmula nº 83 do STJ, deve o agravante não apenas mencionar que o referido enunciado deve ser afastado, mas indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior, ou, que a divergência é atual (AgRg no AREsp nº 238.064/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 18/8/2014).

Nesse contexto, tendo sido apresentado em desacordo com os requisitos do art. 932, III, do NCPC, mediante a indicação de **decisão monocrática**, inclusive **mais antiga que o precedente apontado no juízo de admissibilidade**, o recurso não se mostra viável.

A propósito, cita-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DO ART. 932, III, DO CPC/2015. [...]

II - Razões de agravo interno que não impugnem especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do Agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III, do CPC/2015.

III - Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 884.901/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, DJe 27/5/2016)

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

